

SAÚDE COLETIVA COMO CONTEÚDO CURRICULAR NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Jaina Bezerra de Aguiar, UECE, jainaef@yahoo.com.br; Luilma Albuquerque Gurgel, UECE, luilma.gurgel@uece.br; Kássia Cibelle Sena da Silva, UECE, cibelle.uece@gmail.com; Márcio Ronei, UECE, márcio.ronei17@gmail.com

Resumo

O estudo tem como objetivo avaliar a prevalência do conteúdo Saúde Coletiva (SC) na formação dos profissionais de Educação Física em licenciatura e bacharelado nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e particulares de Fortaleza/CE e verificar a formação dos docentes que ministram disciplinas específicas da saúde no curso de Educação Física em tais instituições. Participaram da pesquisa oito IES que oferecem o curso de graduação em Educação Física, as quais tiveram seus Projetos Políticos Pedagógicos analisados com o objetivo de identificar em suas grades curriculares disciplinas que abordassem o assunto SC, e cinco docentes responsáveis por essas disciplinas. Foi visto que de oito IES participantes, sete oferecem disciplinas específicas da SC, sendo algumas delas oferecidas no modelo optativo. Em uma das instituições, mesmo na habilitação do bacharelado, a disciplina não é oferecida como obrigatória. Com relação aos docentes entrevistados, todos possuem formação específica na área da SC. Com isso, conclui-se que mesmo que mudanças já tenham sido realizadas nas grades curriculares dos cursos de graduação em Educação Física, se faz necessário uma atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos das referidas instituições, já que muitas destas disciplinas ofertadas pelas IES possuem o caráter optativo e/ou oferecem poucas oportunidades de estágio supervisionado.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação Física. Saúde Coletiva.

Introdução

Em 1988, a Constituição do Brasil definiu um novo formato organizacional para os serviços de saúde (VIANA; DAL POZ, 2005). Mas só em 1990, com a aprovação da Lei nº. 8.080, o Brasil obteve sua consolidação no sistema de saúde, firmando os princípios de universalidade, equidade e integralidade, deixando de lado o aspecto curativo, privativo e centralizado e caracterizando-se como preventivo, público e descentralizado, formando o Sistema Único de Saúde (SUS) (FALEIROS et al., 2006).

Em 1991, o Ministério da Saúde criou o Programa de Agentes Comunitários da Saúde (PACS), com o objetivo de reduzir a mortalidade infantil e materna nas regiões mais secas e pobres do Norte e Nordeste do Brasil (VIANA; DAL POZ, 2005). O PACS obteve êxito notável no estado do Ceará, o que impulsionou a criação do Programa Saúde da Família (PSF) (CONILL, 2008).

O PSF criado em 1994, com foco na família e não somente no indivíduo doente, utiliza-se da prevenção, sendo responsável pelo contato direto entre os

profissionais de saúde e as famílias atendidas (ROSA; LABATE, 2005). Sendo ainda caracterizado pela presença de equipe multidisciplinar e o controle social, que possibilita a participação da população (BRASIL, 1997).

A fim de intensificar o PSF, atualmente chamado de Estratégia de Saúde da Família (ESF), foi criado em 2008, pelo Ministério da Saúde, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) que funciona de forma complementar, diversificando a gama de profissionais que trabalham na atenção primária. Segundo a Portaria de nº 154 de 24 de janeiro de 2008, o NASF atua vinculado às Equipes de Saúde da Família, promovendo atividades de prevenção e bem estar, contando com a presença de diversos profissionais como nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, farmacêuticos, profissionais de educação física, etc. (BRASIL, 2008).

A Resolução nº 218/1997, regulamenta o profissional de Educação Física como profissional da saúde, o que possibilita a atuação dentro do NASF, atuando nas ações preventivas, combatendo um dos fatores que mais provocam doenças degenerativas na população mundial: o sedentarismo (CONFEEF, 2010).

As ações realizadas pelo profissional de Educação Física dentro do ambiente do NASF são basicamente minimização de riscos à saúde, através da divulgação de informações, promovendo medidas de educação permanente práticas corporais, tudo de acordo com as necessidades da população atendida (BRASIL, 2008).

O Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Resolução nº 01/2002 e nº 07/2004, possibilita dois tipos de formação para o profissional de Educação Física: a Licenciatura, que prepara o profissional para atuar na Educação Básica como docente e o Bacharelado, que possibilita uma atuação em todas as áreas esportivas e de atividades físicas em geral (BRASIL, 2002).

Contudo, ainda se percebe uma precariedade de conhecimento acerca de Saúde Coletiva por parte dos profissionais de Educação Física. Isso se deve, provavelmente, a falta de atualização das grades curriculares, que não incluem nos conteúdos abordados o assunto Saúde Coletiva, nem estágios curriculares voltados para essa área (ANJOS; DUARTE, 2009). É necessário organizar os conhecimentos de modo que estes possam ter dialogicidade, ou seja, possam “dialogar entre si”, como se formasse uma colcha de retalhos costurados com harmonia e perfeita combinação de cores (MORIN; ALMEIDA; CARVALHO, 2002)

Com isso, o objetivo do trabalho foi avaliar a prevalência do conteúdo Saúde Coletiva na formação de Profissionais de Educação Física em Licenciatura e/ou

Bacharelado na cidade de Fortaleza/CE, caracterizar as grades curriculares dos cursos de Licenciatura e/ou Bacharelado em Educação Física, identificando a presença ou ausência e a prevalência do conteúdo Saúde Coletiva, investigar a associação entre o conteúdo Saúde Coletiva e as habilitações em bacharelado e licenciatura, assim como a prevalência desse conteúdo em universidades públicas e/ou particulares, verificar a presença do conteúdo Saúde Coletiva na formação dos professores que ministram as disciplinas que envolvam tal assunto e analisar a metodologia aplicada nas aulas pelos professores que ministram as disciplinas envolvendo conteúdo Saúde Coletiva.

Metodologia

A pesquisa se classificou como um estudo em campo, quali-quantitativo, de corte transversal, com abordagem descritiva. Foi realizada no período de novembro de 2014 a março de 2015, nas IES que oferecem o curso de Licenciatura e/ou Bacharelado em Educação Física na cidade de Fortaleza/CE.

A amostra foi composta pelas IES que oferecem o curso de Licenciatura e Bacharelado, de forma presencial, em Educação Física reconhecidas pelo Ministério de Educação da cidade de Fortaleza/CE. Ficou acordado entre o pesquisador e as IES participantes da pesquisa o sigilo das informações coletadas, sendo assim, as instituições serão denominadas A, B, C e assim por diante. Os docentes incluídos na pesquisa foram aqueles que ministram as disciplinas que abordem o conteúdo Saúde Coletiva nas instituições de ensino selecionadas.

A coleta de dados foi realizada em três etapas. Primeiro foi realizada uma pesquisa no site do MEC (<http://emec.mec.gov.br>) e selecionadas as IES que oferecem o curso de Licenciatura e/ou Bacharelado em Educação Física na cidade de Fortaleza/CE reconhecidas pelo MEC. Em um segundo momento, após selecionadas as instituições participantes, foi realizada uma análise documental. O pesquisador solicitou junto à coordenação de cada curso de Licenciatura e/ou Bacharelado em Educação Física o acesso ao seu Projeto Político Pedagógico, através do Termo de Anuência e Fiel Depositário. Após isso, os Projetos Políticos Pedagógicos foram lidos com o objetivo de encontrar disciplinas que abordassem o conteúdo Saúde Coletiva em suas ementas.

Por fim, depois de analisar os Projetos Políticos Pedagógicos, foram procurados os professores que ministravam tais disciplinas nessas instituições. Os docentes foram convidados a responder um questionário, com perguntas objetivas e subjetivas.

Na análise e na sistematização dos dados, colhidos através da análise dos Projetos Pedagógicos e dos questionários, os resultados foram organizados e comparados em forma de tabelas e gráficos. Foi utilizada a estatística descritiva.

O protocolo de pesquisa está de acordo com a Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012).

Resultados e Discussão

Das IES participantes, duas pertencem ao ensino público e seis ao ensino particular. Três delas oferecem o curso somente no formato de licenciatura, sendo uma delas do ensino público, e o restante das instituições oferecem as duas formações: licenciatura e bacharelado.

Tabela 1 - Distribuição das IES de acordo com a habilitação oferecida e a rede de ensino a qual pertencem, Fortaleza, CE, 2015.

IES	Licenciatura	Bacharelado	Ensino Particular	Ensino Público
A	X			X
B	X	X		X
C	X	X	X	
D	X	X	X	
E	X	X	X	
F	X		X	
G	X	X	X	
H	X		X	

Fonte: elaborada pelo autor.

Através da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos do curso de Educação Física de tais instituições foi possível identificar a presença do assunto Saúde Coletiva e seus respectivos conteúdos (histórico do SUS, diretrizes e princípios do SUS, níveis de atenção à saúde, NASF, conceitos de epidemiologia e vigilância sanitária e afins) nas ementas das disciplinas oferecidas por uma parte das instituições participantes da pesquisa. A Tabela 2 mostra a relação das disciplinas encontradas, o semestre no qual

são oferecidas e em qual formação ela é ofertada. Lembrando que as disciplinas optativas não possuem semestre específico.

Tabela 2. Oferta de disciplinas nas IES e suas respectivas habilitações, Fortaleza, Ce, 2015.

IES	DISCIPLINAS	
	LICENCIATURA	BACHARELADO
A	Planejamento e Políticas de Saúde (optativa).	
B	Atividade Física e Saúde (optativa).	Estágio Supervisionado em Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida (7°). Atividade Física e Saúde (optativa).
C	Universidade, Saúde e Sociedade (1°). Diversidade Humana e Saúde Coletiva (2°). Projetos Integrados em Saúde (5°). Educação Física na Saúde Coletiva (optativa).	Universidade, Saúde e Sociedade (1°). Diversidade Humana e Saúde Coletiva (2°). Projetos Integrados em Saúde (5°). Educação Física na Saúde Coletiva (5°). Estágio em Saúde Coletiva (8°).
D	Saúde Coletiva (3°).	Saúde Coletiva (3°).
E	-	Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida (3°). Educação Física nas Unidades e Programas de Saúde (6°)
F	Tópicos de Saúde Pública Aplicada à Educação Física Escolar (6°).	
G	Saúde Coletiva e Atividade Física (2°).	Saúde Coletiva (4°).
H	-	

Fonte: elaborada pelo autor.

A instituição A tem em sua grade curricular a disciplina “Planejamento e Políticas de Saúde”, que é ofertada como optativa, a sua ementa estabelece que o aluno terá contato com os conteúdos relacionados às políticas de saúde e ao planejamento em saúde no Brasil. Contudo, a disciplina não estava sendo ofertada no momento da pesquisa. É importante ressaltar que, em nenhum momento, desde a reformulação da estrutura curricular, tal disciplina foi ofertada. Com isso, a aplicação do questionário com o professor responsável por tal disciplina não foi possível.

A IESB ofereceu duas disciplinas em sua grade curricular, uma optativa e outra obrigatória. A ementa da disciplina “Atividade Física e Saúde” (optativa) estabelece a explanação dos conteúdos relacionados ao SUS, níveis de atenção à saúde, políticas públicas em saúde, entre outros conteúdos semelhantes. A disciplina obrigatória “Estágio Supervisionado em Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida” estabelece a realização do estágio supervisionado em qualquer ambiente não escolar, como academias, assessorias esportivas, clínicas, indústrias e órgãos de saúde. Possuindo seus créditos basicamente práticos, o professor não realiza muitos encontros presenciais, com exceção das reuniões para orientações gerais com relação ao estágio e para entrega de relatórios. Entende-se que o aluno se encaminha para o estágio supervisionado com embasamento teórico de disciplinas que antecedem a realização do estágio. Tendo em vista todas as questões citadas, o questionário foi aplicado com o professor responsável pela disciplina “Atividade Física e Saúde”.

A instituição E oferece duas disciplinas. São elas: “Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida” e “Educação Física nas Unidades e Programas de Saúde”. Assim como as disciplinas citadas anteriormente, as ementas estabelecem a abordagem dos conteúdos relacionados à Saúde Coletiva. Tais disciplinas são ofertadas no modelo de ensino à distância, tendo toda sua carga horária ministrada através de vídeo conferências e atividades online. Com isso, a aplicação do questionário com os professores responsáveis pelas disciplinas não foi possível.

No Projeto Político Pedagógico da instituição H, não foi encontrada nenhuma disciplina que abordasse o assunto Saúde Coletiva e seus conteúdos. A instituição F apresenta em sua grade curricular a disciplina “Tópicos de Saúde Pública Aplicada à Educação Física Escolar”, e como o próprio nome da disciplina esclarece, é uma disciplina que contém conteúdos correlacionados com a Saúde Coletiva, no entanto, voltados para a Educação Física Escolar. O questionário foi aplicado com o professor responsável pela disciplina. Concluindo a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos,

as instituições C, D e G ofertam disciplinas que abordam o assunto Saúde Coletiva. As ementas das mesmas estabelecem que ao final da disciplina o aluno terá conhecimentos básicos do SUS (histórico, diretrizes e princípios), níveis de atenção à saúde, trabalho com equipes multidisciplinares, epidemiologia e vigilância sanitária e conteúdos semelhantes. O questionário foi aplicado com um professor de cada IES, responsável pela disciplina.

No ponto que discute a diferença das duas habilitações, licenciatura e bacharelado, foram vistas algumas diferenças em suas grades curriculares com relação às disciplinas específicas da Saúde Coletiva. Em cursos de duas instituições, no formato licenciatura, as disciplinas são oferecidas somente no modelo optativo. Vale ressaltar, que tais instituições fazem parte da rede de ensino público. Em quatro das instituições participantes da pesquisa, as disciplinas são ofertadas como obrigatórias para a licenciatura, e das cinco instituições que oferecem a formação em bacharel, somente uma oferece a disciplina de maneira optativa.

A expectativa é que os conteúdos relacionados à Saúde Coletiva sejam aprofundados com o bacharelado (SOUZA; LOCH, 2011), por essa habilitação conter um maior número de disciplinas relacionadas ao tema, oferecendo melhor formação para atuação em saúde do que os cursos de licenciatura em Educação Física. No entanto, vale ressaltar a importância de correlacionar o assunto Saúde Coletiva com os demais assuntos abordados na graduação, inclusive da habilitação em licenciatura. Contando com instituições parceiras, a Saúde Coletiva só tem a ganhar, fortalecendo seu espaço não só em postos de saúde, hospitais, mas também em escolas, academias, assessorias esportivas. Ocorreram algumas mudanças recentes nos cursos de graduação, mas ainda percebe-se a necessidade de uma nova atualização dos currículos, principalmente após 2008, ano em que o profissional de Educação Física foi inserido no NASF (BRASIL, 2008).

Ainda é notória a presença de currículos generalistas superficiais, que na maioria das vezes não oferecem uma base sólida para a intervenção profissional, pois ao mesmo tempo em que se objetiva formar o professor para atuar no contexto escolar, também se busca a formação de profissionais para intervir fora deste ambiente (FÁVARO; et al, 2006).

A intervenção do profissional de Educação Física na Saúde Coletiva é uma formação que ainda deve ser consolidada. Anjos e Duarte (2009) analisaram em seu estudo currículos dos cursos de bacharelado em Educação Física em universidades do

estado de São Paulo, e constaram que ainda é deficiente a formação para atuação em Saúde Coletiva. A presente pesquisa possui um resultado positivo frente ao estudo de Anjos e Duarte (2009), já que de oito instituições participantes, somente uma não possui em seu Projeto Político Pedagógico a presença de disciplinas com relação ao tema estudado aqui. Tal instituição oferece somente a licenciatura em Educação Física.

No entanto, no decorrer da coleta de dados, foi possível perceber que a presença de disciplinas de Saúde Coletiva nos Projetos Políticos Pedagógicos não determina que os alunos que estudam em tais instituições irão ter uma formação apropriada para atuar no âmbito da saúde. Um dos fatores que determina essa situação, é o fato de que duas das instituições estudadas, oferecem tais disciplinas de maneira optativa. Tais instituições são da rede pública de ensino, com uma delas oferecendo a disciplina de maneira optativa inclusive no bacharelado. Pasquim (2010) afirma em seu estudo que a atuação do profissional de Educação Física na Saúde Coletiva, como estratégias complementares, efetivadas por meio de disciplinas optativas, evidencia a marginalização da temática Saúde Coletiva nas graduações em Educação Física.

Outro fator encontrado que determina essa formação acadêmica incompleta em relação à Saúde Coletiva é que somente uma das instituições (IES C) oferece a disciplina de estágio supervisionado que deve ser realizado obrigatoriamente na área da saúde. A carência de disciplinas e estágios em Saúde Coletiva na grade curricular de cursos de Educação Física tem feito com que muitos profissionais sintam-se incapazes de atuar na área e, por vezes, não reconheçam esse campo como de sua competência (ANJOS; DUARTE, 2009).

Dando continuidade à discussão dos resultados, foi possível notar, através da análise das grades curriculares das instituições e suas respectivas ementas, que a instituição C proporciona uma melhor formação voltada para a atuação do profissional de Educação Física no âmbito da Saúde Coletiva. Na formação do bacharel, é a única instituição que oferece a disciplina de estágio supervisionado que deve ser realizado obrigatoriamente nos órgãos de saúde. Oferecendo ainda quatro disciplinas abordando diversos conteúdos da Saúde Coletiva. A IES em questão integra a rede de ensino particular.

Em relação aos questionários aplicados com os professores responsáveis pelas disciplinas em Saúde Coletiva oferecidas pelos cursos de Educação Física das instituições foi analisado, inicialmente, os dados relacionados à formação acadêmica dos mesmos e as metodologias aplicadas por eles em sala de aula.

Dos cinco professores participantes da pesquisa, quatro são graduados em Educação Física e um tem sua formação superior em Enfermagem. Todos os entrevistados possuem mestrado, dois deles possuindo doutorado (Prof. IES B; Prof. IES F). Três dos professores entrevistados fizeram concurso/seleção para trabalhar com outra área de conhecimento nas IES em que estão atuando, porém todos possuem qualificação específica em Saúde Coletiva, seja especialização e/ou mestrado. O Prof. IES B e Prof. IES D realizaram concurso/seleção para área específica em Saúde Coletiva.

Quando questionados sobre as metodologias aplicadas por eles nas aulas das disciplinas em Saúde Coletiva, os professores responderam slides (20%), textos (20%), vídeos (16%), estudos dirigidos (16%), aula em campo (16%), seminários (12%). Citaram como outras metodologias de ensino a criação de workshops nas Unidades Básicas de Saúde, estudos de casos e depoimentos, grupos de discussão e visitas dirigidas.

Fávaro et al. (2006) realizou um estudo com docentes com o objetivo de caracterizar a intervenção metodológica nas aulas de Educação Física no ensino superior. Parte dos professores participantes afirmaram que utilizam em suas aulas discussão e debates de textos e artigos, recursos de multimídia (filmes, slides), relatos de experiências e realização de aulas práticas após as aulas teóricas, onde os alunos poderiam aplicar o que foi ensinado em sala de aula em uma situação real.

Acredita-se que, fora a criação de disciplinas específicas da área, a Saúde Coletiva deva ser um tema transversal na grade curricular dos cursos de Educação Física (FALCI; BELISÁRIO, 2013), não sendo necessário a criação de disciplinas específicas, mas que toda a formação tivesse a Saúde Coletiva como campo de atuação (PASQUIM, 2010).

Souza e Loch (2011) afirmam ainda que a Educação Física tem uma grande trajetória a ser construída na rede de atenção básica à saúde, tanto no que diz respeito à inclusão profissional, como também à melhor formação deste. Os mesmos autores ressaltam a formação demasiadamente “esportivizada” que a maioria dos graduandos estão vivenciando. É preciso que a formação seja repensada e que outras formas de capacitação (cursos de especialização, aprimoramento e residência) sejam implantadas para que a Educação Física possa assumir de fato, conscientemente e com ações otimizadas, esse campo de atuação (ANJOS; DUARTE, 2009).

Conclusão

O SUS passa por um processo de crescimento e de desafios em busca de minimizar os problemas de saúde do Brasil. Por isso, criou-se estratégias como o NASF, que vem com o intuito de complementar e qualificar as ESF (BRASIL, 2008), onde o profissional de Educação Física está em processo de inserção. Com isso, as IES necessitam repensar as estruturas curriculares, tendo em vista a ampliação dos campos de atuação profissional, e as mudanças ocorridas no sistema de saúde vigente (SANTOS; BENEDETTI, 2012).

Foi possível notar que algumas mudanças nas grades curriculares das IES participantes do presente estudo já foram realizadas. Visto que sete das oito instituições estudadas, já apresentam alguma disciplina voltada para Saúde Coletiva. Porém, ainda comprova-se a necessidade de atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação em Educação Física de tais instituições, já que muitas destas disciplinas ofertadas pelas instituições possuem o caráter optativo e/ou com poucas oportunidades de estágio supervisionado.

Conclui-se também que a habilitação em bacharelado apresenta mais disciplinas obrigatórias que contemplem o assunto Saúde Coletiva. Verifica-se ainda que as instituições que integram a rede de ensino particular parecem possuir um maior interesse em abordar a Saúde Coletiva em suas grades curriculares, já que oferecem mais disciplinas abordando o assunto estudado do que as instituições do ensino público. Foi visto ainda que os docentes que são responsáveis pelas disciplinas em Saúde Coletiva das IES pesquisadas, possuem formação na área específica (mestrado, especialização), e que utilizam diversas metodologias de ensino aprendizagem em suas aulas (vídeos, slides, textos, estudos dirigidos, etc), realizando ainda, aulas em campo, o que aproxima o discente da realidade do campo de atuação.

Vale ressaltar, que a maioria dos docentes entrevistados não consideram que a formação oferecida pelas IES onde atuam, oferecem uma formação adequada para atuação na Saúde Coletiva. Sendo assim, se faz necessário que as instituições considerem que a Saúde Coletiva é uma área de atuação do profissional de Educação Física, e que este deve ser preparado para atuar de forma efetiva nesse âmbito. Quando tal área for reconhecida, mudanças como reestruturação curricular, maiores oportunidades de aproximação da teoria com a prática através de estágios, transversalidade do tema na grade curricular e interação com outras áreas do

conhecimento através de disciplinas integradas, proporcionarão uma melhor formação em Saúde Coletiva para o graduando (FALCI; BELISÁRIO, 2013).

A inserção do profissional de Educação Física na Saúde Coletiva é um caminho novo, cheio de perspectivas positivas, porém repleto de muitas dificuldades. Espera-se que o presente estudo seja um despertar para as IES e para os futuros Profissionais de Educação Física, para que reconheçam a Saúde Coletiva como campo de atuação concreto e busquem, cada vez mais, o conhecimento teórico e prático da área em questão.

Referências

ANJOS, Tatiana Coletto dos; DUARTE, Ana Cláudia Garcia de Oliveira. A Educação Física e a Estratégia de Saúde da Família: formação e atuação profissional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1127-1144, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. **Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**, Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008**. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2008.

CONILL, Eleonor Minho. Ensaio histórico-conceitual sobre a Atenção Primária à Saúde: desafios para a organização de serviços básicos e da Estratégia Saúde da Família em centros urbanos no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. S7-S27, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CONFEF. O Profissional de Educação Física no NASF. **Revista do CONFEF**, n. 38, Rio de Janeiro, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CONFEF. Licenciatura e/ou Bacharelado: opções de graduação para intervenção profissional. **Revista do CONFEF**, n. 19, Rio de Janeiro, 2006.

FALCI, Denise Mourão; BELISÁRIO, Soraya Almeida. A inserção do profissional de educação física na atenção primária à saúde e os desafios em sua formação. **Comunicação Saúde e Educação**, Minas Gerais, v. 17, n. 47, p. 885-99, 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula; SILVA, Jacinta de Fátima Senna da; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de; SILVEIRA, Rosa Maria Gorody. **A Construção do SUS – Histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

FÁVARO, Paula Evelise; NASCIMENTO Glauce Yara do; SORIANO Jeane Barcelos. O conteúdo da intervenção profissional em Educação Física: o ponto de vista de docentes de um curso de formação profissional. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 199-221, 2006.

MORIN, Edgar; ALMEIDA, Maria da Conceição de; CARVALHO, Edgar de Assis (Org.). **Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez, 2002

PASQUIM, Heitor Martins. A Saúde Coletiva nos Cursos de Graduação em Educação Física. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.19, n.1, p.193-200, 2010.

ROSA, Walisete de Almeida Godinho; LABATE, Renata Curi. Programa Saúde da Família: a construção de um novo modelo de assistência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 6, p. 1027-1034, 2005.

SANTOS, Sueyla Ferreira Silva dos; BENEDETTI, Tânia Rosane Bertoldo. Cenário de implantação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família e a inserção do profissional de Educação Física. **Revista Brasileira de Atividade Física Saúde**, v.17, n.3, p.188-94, 2012.

SOUZA, Silvana Cardoso de; LOCH, Mathias Roberto. Intervenção do profissional de Educação Física nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família em municípios do norte do Paraná. **Revista Brasileira de Atividade Física Saúde**, v.16, n.1, p.5-10, 2011.

VIANA, Luiza D'Avila Viana; DAL POZ, Mario Roberto. A Reforma do Sistema de Saúde no Brasil e o Programa de Saúde da Família. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 225-264, 2005.